

## **FUNCIONAMENTO E EFETIVIDADE DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM PERNAMBUCO**

Raquel Costa Antas<sup>1</sup>  
Adlene Silva Arantes<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Esta pesquisa, desenvolvida ao longo de um curso de mestrado, buscou compreender a implementação e funcionamento de um núcleo de estudos de gênero em uma Escola de Referência em Ensino Médio, na cidade do Recife. Elencamos uma metodologia qualitativa, cuja tipologia foi um estudo de caso de cunho etnográfico. Os instrumentos escolhidos foram a observação participante, entrevistas, questionários e diário de campo. Para análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Os resultados da pesquisa foram estruturados em três dimensões: Política, Institucional e Instrucional. Partindo do macro para o micro, com o intuito de compreender como este subprograma se estrutura no órgão de fomento (SecMulher/PE), na escola conveniada e, sobretudo, na sala de aula. Concluímos que a existência de um núcleo de estudos de gênero é eficaz para a inserção da perspectiva de gênero em instituições de ensino, porém, faz-se necessário a quebra de paradigmas e a oferta de estrutura para seu pleno desenvolvimento.

### **Palavras-chave:**

Gênero. Educação. Políticas Públicas. Pernambuco.

## **FUNCTIONING AND EFFECTIVENESS IN CORES OF STUDY OF GENDER AND COPING WITH VIOLENCE AGAINST WOMEN IN PERNAMBUCO**

### **Abstract:**

The following research, developed in a period of a masters course, seeks to comprehend the implementation and functioning of the study of a gender core in a reference High School, in the city of Recife. Furthermore, we adopt a qualitative methodology in which the typology was an ethnographic case study. The chosen tools were: participants' observation, interviews, surveys and diary. For the data analysis we perform a content analysis (BARDIN, 2016). The results were structured in three dimensions: political, institutional and instructional. Redirecting from the macro to the micro, we can comprehend how this subprogram is structured in the funding agency (secretariat of women), in the school and mainly in the classroom. Finally, we concluded that the existence of a core study of gender is effective for the insertion of gender perspective in educational institutions. However, the breaking of paradigms and the structure offered with the goal of full development is necessary.

### **Key Words:**

Gender identity. Education. Public policy. Pernambuco.

## **FUNCIONAMIENTO Y EFECTIVIDAD DE LOS NÚCLEOS DE ESTUDIOS DE GÉNERO Y ENFRENTAMIENTO DE LA VIOLENCIA CONTRA MUJER EN PERNAMBUCO**

<sup>1</sup> Mestrado em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. E-mail: [raquel.costa@ead.ifpe.edu.br](mailto:raquel.costa@ead.ifpe.edu.br)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação. Universidade de Pernambuco. E-mail: [adlene.arantes@gmail.com](mailto:adlene.arantes@gmail.com)

### **Resumen:**

Esta investigación, desarrollada a lo largo de un curso de maestría, buscó comprender la implementación y funcionamiento de un núcleo de estudios de género en una Escuela de Referencia en Enseñanza Media, en la ciudad de Recife. Enumeramos una metodología cualitativa, cuya tipología fue un estudio de caso de cuño etnográfico. Los instrumentos elegidos fueron la observación participante, entrevistas, cuestionarios y diario. Para análisis de datos se utilizó el análisis de contenido (BARDIN, 2016). Los resultados de la investigación fueron estructurados en tres dimensiones: Política, Institucional e Instruccional. Partiendo de la macro al micro, con el fin de comprender cómo este subprograma se estructura en el órgano de fomento (SecMulher/PE), en la escuela convenida y, sobre todo, en el aula. Concluimos que la existencia de un núcleo de estudios de género es eficaz para la inserción de la perspectiva de género en instituciones de enseñanza, pero se hace necesario la ruptura de paradigmas y la oferta de estructura para su pleno desarrollo.

### **Palabras clave:**

Género. Educación. Políticas públicas. Pernambuco

### **Introdução**

O presente trabalho apresenta alguns resultados alcançados de uma pesquisa, realizada durante curso de mestrado, cujo objetivo consistiu em investigar o funcionamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher (NEG), em Pernambuco. Tais núcleos fazem parte de uma ação implementada pela Secretaria da Mulher (SecMulher/PE) em parceria com a Secretaria de Educação e Esportes (SEE) do estado.

Os NEG são uma ação, iniciada em 2009, fruto de uma política pública, cujo objetivo é promover a construção de conhecimento em gênero no ensino formal, tanto em escolas públicas quanto em Instituições de Ensino Superior. Para Vianna e Cavaleiro, “política pública compreende uma modalidade de relação entre o Estado e a sociedade, ou seja, revela os modos de o Estado agir em relação aos problemas existentes no interior da formação societária” (VIANNA; CAVALEIRO, 2011, p. 29).

Estes núcleos surgem como ação de fortalecimento ao Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (que também é um subprograma da SecMulher/PE), lançado em 2007, cujo objetivo é “ampliar e fortalecer o debate crítico, nos espaços formais de ensino, sobre as desigualdades entre homens e mulheres, visando estimular a produção de conhecimentos acerca da categoria gênero” (PERNAMBUCO, 2011, n.p.). É um reconhecimento da produção de conhecimento da temática no estado de Pernambuco, com premiações para trabalhos produzidos por docentes e discentes em escolas e em Instituições de Ensino Superior.

Para a implementação dos Núcleos, inicialmente, foram mapeadas 05 (cinco) escolas públicas e, desde então, nas quatro regiões do estado, houve a propagação e ampliação destes<sup>3</sup>. A fim de estender o alcance das ações e desburocratizar a adesão de novas escolas públicas, a SecMulher firmou, em 2011, um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Educação e Esportes (SEE) do estado de Pernambuco, fazendo com que os NEG passassem a ter atuação intersetorial e articulada entre essas duas secretarias.

Desde então, foram sucessivamente acrescentadas novas parcerias, tais como: A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), a Universidade de Pernambuco (UPE), Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), entre outras, fortalecendo e expandindo as ações.

Os NEG e o Prêmio Naíde Teodósio são subprogramas do Programa de Formação em Gênero no Ensino Formal, pertencente à Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Cultura e nos Esportes, coordenada pela Gerência de Formação de Gênero (subordinada à Secretaria Executiva da SecMulher/PE). Estes subprogramas possuem o objetivo de fomentar a discussão das relações de gênero e da violência contra mulheres dentro dos ambientes escolares e acadêmicos, estimulando a reflexão sobre essas temáticas e buscando a ampliação de conhecimentos e informações para a construção de políticas públicas para as mulheres e para o combate à violência de gênero.

Vale ressaltar que a SecMulher/PE, nestas ações de formação em gênero, concentra basicamente sua atenção às pautas ligadas diretamente às políticas para mulheres. A este respeito, Rômulo Guedes e Silva, professor da rede estadual em Pernambuco e estudioso da institucionalização dos NEG nos diz o seguinte:

Note-se a ênfase dada pela SecMulher para as desigualdades sociais entre mulheres e homens, delimitando, assim, o campo semântico que gravita em torno do conceito de gênero. Diferentemente das políticas educacionais brasileiras mais gerais que aproximam o conceito de gênero das questões relacionadas com a diversidade sexual, a SecMulher reforça a agenda por direitos dos movimentos feministas em várias frentes (SILVA, 2015, p. 31).

Ou seja, a pauta central das discussões das relações de gênero trazida pela SecMulher/PE e, conseqüentemente, presente tanto nos Núcleos de Estudos de Gênero e

---

<sup>3</sup> De acordo com dados publicados pela SecMulher/PE em 2018, existiam 208 núcleos instituídos, através do Protocolo de Intenções, demonstrando um considerável aumento no número de adesões desde o *start* das atividades.

Enfrentamento da Violência Contra Mulher quanto no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero estão essencialmente centradas nas pautas dos movimentos feministas, em detrimento das temáticas ligadas à diversidade sexual, por exemplo.

A Secretaria da Mulher de Pernambuco propõe que os NEG sejam unidades promotoras de ações de formação, pesquisa e extensão, que possuem finalidade de desenvolver práticas comprometidas com transformações sociais, a partir da promoção dos direitos da mulher e da equidade entre os sexos, ampliando a discussão sobre as relações de hierarquias e privilégios que perpassam as relações de gênero nos espaços formais de educação (PERNAMBUCO, 2014).

Para compreendermos a prática das ações destes núcleos e assim podermos entender melhor seu desenvolvimento e alcance, optamos por realizar um estudo de caso. Ou seja, voltamos nossa atenção à prática. Para tal, direcionamos a pesquisa tanto para a estrutura e funcionamento desses núcleos na SecMulher/PE (órgão de fomento) quanto, também, para o chão da escola, local onde estes funcionam no dia a dia. Apresentamos a seguir a metodologia desenvolvida.

## **Material e Métodos**

Para a realização da pesquisa, utilizamos uma metodologia qualitativa, cuja tipologia foi um estudo de caso de cunho etnográfico. Para tal, a fim de alcançar os objetivos estipulados, fizemos o acompanhamento das atividades de um núcleo de estudos de gênero em uma escola de referência em Ensino Médio, na cidade do Recife- PE. Para análise dos dados, optamos pelas técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

A escolha do *locus* da pesquisa deu-se por diversos fatores: a obtenção de autorização tanto pela Secretaria de Educação quanto pela direção da escola, por pertencer a capital pernambucana (cidade com mais núcleos instituídos), pela frequência das atividades desenvolvidas (precisávamos de material para coleta de dados) e pela boa recepção dos membros do núcleo (estudantes e professora) que aceitaram a presença da pesquisadora enquanto observadora participante.

Assim, para além dos resultados quantitativos dessa política pública (número de escolas e sujeitos participantes, materiais produzidos etc.), o objeto centra-se nas práticas pedagógicas, nas relações professor/a-estudante-comunidade escolar, geradas a partir de um



trabalho de construção de conhecimento em gênero, vivenciadas dentro da escola, a partir da referida política pública.

Por compreendermos que o cotidiano escolar reflete, (re)significa, (re)constrói relações sociais vivenciadas em outras esferas da sociedade, optamos por realizar este estudo buscando compreender essas relações a partir das vivências proporcionadas pela política pública em questão dentro do ambiente escolar.

A coleta de dados iniciou-se no segundo semestre de 2017. Optamos por determinar a tipologia da pesquisa como estudo de caso de cunho etnográfico, como já dito. Primeiramente, entendemos que seria necessária uma investigação sistemática do cotidiano desse núcleo, que também compõe o dia a dia da escola, para compreendermos as relações pedagógicas, organizacionais e sociais desenvolvidas a partir desta ação.

Marli André nos diz o seguinte:

Sintetizando ideias de vários autores, podemos dizer que o estudo de caso etnográfico deve ser usado: 01. Quando se está interessado numa instância particular, isto é, numa determinada instituição, numa pessoa ou num específico programa ou currículo; 02. Quando se deseja conhecer profundamente essa instância particular em sua complexidade e em sua totalidade; 03. Quando se estiver mais interessado naquilo que está ocorrendo e no como está ocorrendo do que nos resultados; 04. Quando se busca descobrir novas hipóteses teóricas, novas relações, novos conceitos sobre um determinado fenômeno; 05. Quando retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural (ANDRÉ, 2005, n.p.).

Na tentativa de, através da sua singularidade, compreender a práxis desta ação, procuramos analisar este caso particular, sem deixarmos de contextualizar as circunstâncias às quais esta ação se desenvolve, mas fazendo a consideração que o núcleo, elencado como exemplo, merece ser investigado devido seus resultados serem considerados positivos tanto pela SecMulher/PE quanto pela comunidade escolar.

Então, foram elencados como instrumentos para a coleta de dados: observação participante, entrevistas, análise de documentos e diário de campo. Estas técnicas, tradicionalmente ligadas a etnografia, conferem características de cunho etnográfico à metodologia aplicada.

Dessa forma, fizemos este acompanhamento de atividades durante todo o segundo semestre de 2017 e alguns encontros no primeiro semestre de 2018, ou seja, realizamos observação participante das atividades que ocorreram no espaço dedicado às ações do núcleo.

Além do acompanhamento das atividades, realizamos entrevistas estruturadas e semiestruturadas com a professora responsável pelo núcleo, com a diretora da escola, com a

equipe da SecMulher/PE responsável pelos NEG e com um grupo de estudantes membros do núcleo, além de questionários com este grupo e com docentes da escola.

Inicialmente, as atividades do núcleo estavam voltadas para a participação no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (já apresentado anteriormente). Então, nos primeiros encontros de acompanhamento do grupo, o direcionamento dado pela docente responsável era a produção, leitura e discussão de textos para serem submetidos ao prêmio, que também é fomentado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, e compõe o mesmo Programa de Formação em Gênero no Ensino Formal que os NEG. Esses foram momentos muito ricos tanto para a coleta de dados quanto para uma maior aproximação com o grupo, pois, a maioria dos textos trazia relatos emocionantes de histórias de violência de gênero e sexualidade vivenciadas pelas/os estudantes, o que causava comoção a todas/os ali presentes.

Após a fase de preparação de textos para representação da escola no Prêmio Naíde Teodósio, pudemos participar de atividades de produção de materiais (confeção de cartazes, apresentações musicais, teatro, poesia etc.) para divulgação do trabalho desenvolvido pelo núcleo, como, também, para trazer à tona para toda a comunidade escolar as temáticas ali discutidas. Então, temas como machismo, violência contra mulheres e população LGBTQIA+, bem como racismo, foram bastante trabalhados. Além disto, pudemos acompanhar outras atividades como debates, exibição de filmes, leitura de textos etc.

Além do acompanhamento das atividades vivenciadas no núcleo, pudemos participar de outras atividades escolares em que os membros do núcleo realizaram apresentações, como o dia da consciência negra e a festa de abertura dos jogos internos. Do mesmo modo, como já dissemos anteriormente, no decorrer desse processo, aplicamos questionários (com as/os docentes da escola e com as/os estudantes participantes do núcleo) e realizamos entrevistas (gestora da escola, coordenadora e membros do núcleo e equipe da SecMulher/PE).

Fora as atividades acompanhadas na escola lócus da pesquisa, também participamos de dois encontros realizados pela Secretaria da Mulher de Pernambuco: um ainda da fase exploratória (em maio de 2017) e outro já na fase sistemática (em outubro de 2017). Junto a isto, fizemos análise de documentos produzidos pela Secretaria, além das citadas entrevistas.

Todo esse material nos serviu de base para realizarmos as análises de dados. Nossas considerações a respeito dessas análises serão discutidas no próximo tópico. Porém, faz-se necessário fazermos aqui algumas observações, pois, é essencial para a compressão de como analisamos, com rigor científico, as subjetividades das falas dos sujeitos, através das vivências no núcleo, das atividades promovidas pela SecMulher/PE, das respostas dadas aos questionários. Optamos por fazer uso da escuta sensível, sem o intuito de medir, hierarquizar

ou comparar, mas de entender, valendo-se da atribuição de sentidos, compreendendo que cada experiência é única, conforme afirma Macedo “é nesses termos que os conceitos de escuta sensível e escuta-ação, cunhados por René Barbier são, ao mesmo tempo, analisadores, reveladores e operadores de mediações no trabalho de pesquisa e de formação envolvendo as práticas e seus etnométodos” (MACEDO, 2012, p. 67).

Somado a isto, para análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo, a partir do referencial teórico de Bardin, que visa proporcionar a escuta de palavras, imagens, textos e discursos, na tentativa de passar do uno para o múltiplo, analisando e compreendendo fontes diversas (BARDIN, 2016). Dentre essas, a autora cita artigos de jornais, cartazes, inquéritos policiais, por exemplo.

Bardin afirma que a análise de conteúdo é:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas — desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos — é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: A inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, pelo latente, o não aparente, o potencial inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2016, p. 15.)

Dessa forma, procuramos compreender as entrelinhas, o político, o inconsciente coletivo, o dito e o não dito das falas dos sujeitos através dos instrumentos de coleta de dados citados anteriormente. O intuito da análise de conteúdo é utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo de mensagens (BARDIN, 2016).

Vejamos, no próximo tópico, quais resultados obtivemos a partir dessa experiência de observadora participante das atividades do núcleo de estudos de gênero desenvolvida dentro do ambiente escolar, somada aos outros dados coletados através da metodologia já explicitada acima e suas respectivas análises.

## **Resultados**

As análises da pesquisa foram estruturadas a partir de três dimensões, pois, por tratar-se de um subprograma, fruto de uma política pública, procuramos compreender a *práxis* deste, a partir de esferas que poderiam ser capazes de responder ao problema: Como se estruturam e funcionam os NEG no cotidiano escolar? Dessa forma, tendo em vista que toda

política pública possui diversas faces, considerar essas dimensões nos ajudou a compreender melhor o dinamismo dos Núcleos de Estudos de Gênero. Assim, as análises foram feitas a partir das dimensões política, institucional e instrucional, partindo da perspectiva macro para a micro.

Temos ciência que ao elencarmos essas três dimensões não esgotamos o assunto, nem abarcamos sua totalidade, porém, o fazemos na intenção de que esta ação seja refletida, repensada, avaliada, com o intuito de contribuir para o seu desenvolvimento, uma vez que consideramos imprescindível que haja inserção da perspectiva de gênero nas escolas brasileiras, como forma de combate a práticas machistas, misóginas, heteronormativas que retroalimentam comportamentos sociais danosos causadores dos alarmantes dados de violência contra mulheres e contra a população LGBTQIA+.

#### Dimensão Política:

Refere-se à análise de como esta ação vem se estruturando na SecMulher/PE. Consideramos relevante esta dimensão, pois, entendemos que a gestão pública interfere diretamente na prática do seu desenvolvimento dentro do ambiente escolar.

Assim, compreendemos que a implementação de qualquer política pública necessita de um eficaz sistema de monitoramento, avaliação e suporte, o que se mostrou falho no subprograma objeto do estudo, a partir dos documentos analisados. Ou seja, os mecanismos ofertados pela Secretaria da Mulher de Pernambuco são insuficientes no que se refere a avaliação e monitoramento da ação, devido a ineficácia do próprio instrumento avaliativo, pela equipe reduzida e concentrada apenas na capital do estado, e pelos recursos inexistentes.

Vejamos abaixo trecho da entrevista concedida por um dos membros da Gerência de Formação em Gênero, no que se refere a questão orçamentária:

(...) a gente inicia o ano sem verba específica pra os núcleos, a gente vai fazendo da forma como a gente consegue, com os parceiros... aí entra muito as Gerências Regionais de Ensino porque elas sediam muito para que a gente faça as formações. Porque é muito nas parcerias que a gente vai fazendo os núcleos. A gente sente muita falta desse orçamento. Esse ano a gente tá correndo muito atrás, possivelmente a gente vai ter uma emenda parlamentar destinada aos núcleos e aí a gente vai conseguir fazer com tranquilidade, entre aspas, o seminário integral, o seminário de integração que a gente fez o ano passado. Então, a gente sempre tenta assim, na parceria. No ano passado a gente conseguiu fazer o seminário, depois de três anos sem seminário a gente conseguiu fazer o seminário dos núcleos, foi um sucesso. Mas a gente correu muito atrás. Então, esse ano possivelmente a gente vai ter de novo,



mas assim... não tem uma verba destinada (Júlia<sup>4</sup>, equipe SecMulher/PE, entrevista em 28/02/2018)

A partir dos dados encontrados, pudemos compreender que a maioria das ações fomentadas pela Secretaria da Mulher de Pernambuco visam a expansão quantitativa do subprograma, sem, contudo, criar bases estruturantes mais sólidas, no que se refere a processos formativos docentes e assistência aos núcleos já existentes. A falta de recursos é um fator preponderante desta característica, o que termina reduzindo as ações da equipe da SecMulher/PE para a busca em firmar novos convênios.

Compreendemos que é necessário, para além da expansão do número de escolas e Instituições de Ensino Superior conveniadas, criar condições para o fortalecimento de ações dentro dos ambientes educacionais, ofertando formação, material didático, suporte para suprir as demandas e contribuição para sanar eventuais problemas surgidos da *práxis*. Além disto, é fundamental para resultados positivos, uma equipe especializada com representantes espalhadas/os por todo o estado para monitoramento e avaliação, de forma mais próxima e eficaz, acrescidos de recursos públicos específicos destinados para esse fim.

Entretanto, apesar de falhas estruturantes em seu desenvolvimento, no que se refere à dimensão política deste subprograma, ou seja, às ações diretamente ligadas à SecMulher/PE (falta de recurso, equipe reduzida, sistema de avaliação e monitoramento ineficazes), compreendemos que a existência de programas como este, que visam fomentar a inclusão das temáticas de gênero no ensino formal, por si só são relevantes, pois, são fruto de demandas de determinados grupos sociais. Ou seja, os NEG representam uma relevante conquista de movimentos sociais, sobretudo, o de mulheres (uma vez que esta é vinculada à Secretaria da Mulher de Pernambuco), pois, ajudam a legitimar a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade em ambientes formais de educação, com o respaldo e força de uma política pública.

#### Dimensão Institucional:

Dimensão relacionada à gestão da escola. Visa compreender como esta coloca em prática os acordos previamente estabelecidos com a Secretaria da Mulher, quando da assinatura do Protocolo de Intenções (documento que as/os gestoras/es das escolas assinam ao aceitarem participar dos NEG) e a inserção deste no currículo escolar.

---

<sup>4</sup> Optamos pela utilização de nomes fictícios para preservar a identidade das/os participantes.

Entendemos que ações como esta envolvem, além de iniciativas particulares (como de um/a docente interessado/a na temática, por exemplo), toda a comunidade escolar, cabendo à gestão da escola estruturar, planejar e organizar todas as atividades, mediando conflitos e interesses, articulando a capacidade de diálogo para um bem comum.

Durante o período de levantamento de dados, constatamos que, para a implementação do núcleo de estudos de gênero, houve uma série de esforços de diferentes sujeitos, estruturação do horário escolar, adequação de um antigo projeto, organização de espaço físico, disposição de uma docente para coordenação (mesmo com excesso de carga horária), avaliação, reestruturação de ações, tentativas para sanar problemáticas emergentes (como, por exemplo, a objeção de alguns pais, mães, responsáveis), que somadas à existência de uma política pública intersetorial de duas secretarias de estado (SecMulher e SEE) e o Programa de Educação Integral<sup>5</sup> o qual a escola *locus* da pesquisa compõe (onde existe a possibilidade de oferta de hora-aula para este fim) foram imprescindíveis para que esta ação fosse implementada nesta instituição.

Vejamos abaixo as falas da professora que coordena o núcleo desde o seu surgimento, bem como, a fala da gestora da escola quando questionadas a respeito do início das atividades deste na escola:

A ideia surgiu a partir de um caso específico de *bullying* onde dois alunos começaram a se confrontar pelo *WhatsApp* e me procuraram por conta de eu usar durante as minhas aulas, já colocar o tema em questão. Então me procuraram para intervir. Então, na conversa eu percebi que essa intervenção teria que ser bem mais profunda e mais ampla. Foi quando se desenvolveu um projeto de combate ao *bullying*, aí coincidentemente foi quando a Secretaria convidou a escola para abrir o núcleo. E meu projeto casava mais ou menos com o núcleo quando a gestora da época me pediu que eu adequasse esse projeto à abertura do núcleo. E assim aconteceu (*Profa Conceição, coordenadora do núcleo, em entrevista em 02/06/2017*).

Eu já tinha trabalhado com núcleo de gênero porque na minha escola anterior eu implantei o núcleo de gênero junto com a Secretaria de Educação, foi uma das primeiras escolas, escola EREM Professor Cláudio Dutra<sup>6</sup> né, então em 2013 começou a parceria com a Secretaria da Mulher, nós fomos... nós iniciamos essa parceria... quando eu cheguei aqui tinha um termo assinado, mas não tinha sido implantado efetivamente, então, como comecei a dar uma olhada nas papeladas vi que tinha o termo assinado, entrei em contato com a secretaria, aí fiz a reformulação que era como fazia antes de horário pra que todo mundo pudesse participar, identificamos o professor que gostaria de

<sup>5</sup> Programa implementado na rede estadual de educação, tornado política pública no estado de Pernambuco em 2008. Fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, que compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade.

<sup>6</sup> Todos os nomes próprios citados nas entrevistas foram substituídos por fictícios para preservação da identidade das/os participantes.

estar à frente, que à época as coordenadoras foram professora Kelly Araújo e professora Conceição Cavalcanti e hoje temos apenas a professora Conceição Cavalcanti à frente dessa produção, dessa atividade e aí há várias atividades que envolvem o núcleo de gênero e você vê uma transformação na escola porque há um movimento muito grande, né, a partir das discussões que surgem dentro do núcleo de gênero (*Profa. Katarina, gestora da escola, em entrevista em 12/03/2018*).

A partir disto, compreendemos a importância da confluência de interesses, da gestora e da professora coordenadora do núcleo, para que este entrasse de fato em funcionamento. Observamos na fala da gestora que o documento que formaliza o compromisso entre a escola e a SecMulher/PE já havia sido assinado pela gestão anterior, porém, a escola não tinha conseguido de fato implementar. Assim, o papel da gestão foi importante para criar as condições necessárias de organização da escola para o início da ação.

Julgamos de fundamental importância, para seu bom desenvolvimento, que toda a comunidade escolar seja envolvida, inclusive, pais, mães e responsáveis. Discutir com todas/os as/os profissionais da escola a respeito da importância de incluir tais temáticas, alertando a influência que exercem sobre o rendimento escolar e a permanência das/os estudantes na escola; sensibilizar todas/os sobre a gravidade de determinados comportamentos preconceituosos que devem ser combatidos e desnaturalizados; incluir no Projeto Político Pedagógico objetivos e ações que fortaleçam o compromisso da escola em promover um currículo democrático e igualitário; oferecer a estrutura formativa, física e estrutural; organizar o horário escolar para que as atividades possam acontecer regularmente são imprescindíveis para que um núcleo de estudos de gênero possa funcionar num ambiente escolar.

Dessa forma, conseguimos identificar que para a implementação e continuidade do núcleo de gênero na escola em que realizamos a pesquisa, foi imprescindível um movimento coletivo, com ajustes e adequações do currículo, que foram possíveis devido a sensibilidade da gestão da escola e da docente responsável pelo núcleo, assim como pelo Programa de Educação Integral do estado de Pernambuco, o qual a escola faz parte, que possibilita atividades como essa no currículo.

#### Dimensão Instrucional:

Referente à prática docente, seriam as atividades do núcleo em si, a relação professora - estudantes, os recursos didáticos, as estratégias pedagógicas etc. Nesta escola, as atividades aconteciam regularmente uma vez por semana, com duração de uma hora aula (45

min) e funcionavam na sala de aula direcionada às disciplinas de História e Filosofia, mesmas disciplinas ministradas pela professora coordenadora do núcleo.

As atividades propostas consistiam na elaboração de textos para participação do Prêmio Naíde Teodósio, discussão de filmes, leituras sobre as temáticas de gênero, raça-etnia, desigualdade social, etc. Também havia a oferta de oficinas ministradas por convidadas/os e atividades direcionadas à comunidade escolar.

A seleção dos temas a serem abordados no núcleo, a partir do planejamento da professora coordenadora deste, visa dialogar com os interesses, curiosidades, sentimentos das/os estudantes, a partir de discussões que tomam visibilidade na mídia ou de situações vivenciadas no próprio ambiente escolar. Vejamos abaixo trecho de entrevista realizada com a professora a este respeito:

Inicialmente a gente vê o que tá sendo mais midiático, que está sendo mais explorado até por eles mesmo nas redes sociais ou quando ocorre algum incidente ou...ou...ou mesmo...alguma...é...algum fato, né, relevante, aí a gente traz, como casos de...de...violência explícita, prisão, morte a gente traz ou então quando de homofobia, de...de...que geralmente eu procuro ver o que eles estão comentando ou que estão...o que tá circulando entre eles para a gente abordar. Ou então quando ocorre algum fato na escola de bullying, de agressão, aí a gente traz para ser comentado também (*Conceição, coordenadora do núcleo, em entrevista em 21/02/2018*).

Após o acompanhamento das atividades, na condição de observadora participante, podemos afirmar que o núcleo não cumpre a função de um grupo de estudos com fim nele mesmo, mas visa se expandir para toda a escola, fazendo-se presente em diversas atividades propostas pelo próprio núcleo, ou integrante de atividades pertencentes ao calendário escolar.

Não podemos considerar o núcleo como um projeto de pesquisa, pois não há, no sentido estrito do conceito, pesquisas em desenvolvimento, porém, este funciona como um grupo de estudos interseccional em que diversos marcadores são abordados (gênero, raça / etnia, sexualidade etc.), que faz uso de várias linguagens (música, teatro, vídeos, textos) como forma de recurso didático, além de funcionar como um grupo de acolhimento para àquelas/es integrantes do grupo e demais membros da comunidade escolar.

No que se refere a esta característica de grupo de acolhimento para estudantes em situação de vulnerabilidade, este mostra-se aquém da sua real necessidade, uma vez que conta com apenas uma profissional para desenvolver suas ações: a própria docente. Vejamos abaixo trecho de entrevista realizada com esta, a respeito da oferta / suporte de equipe multidisciplinar (tanto da SecMulher quanto da Secretaria de Educação) para



acompanhamento psicológico, acolhimento de estudantes vítimas de violência, dentre outras questões:

Não, nenhum suporte. Nenhum. A gente trabalha, a gente vai em busca, a gente pesquisa, mas como também a nossa carga horária, ela é intensa, né? Eu tenho duas disciplinas além do núcleo, eu fico um pouco sobrecarregada pra tá correndo atrás porque exige tempo, exige uma... uma dedicação maior e eu não tenho essa condição (...) (*Conceição, coordenadora do núcleo, em entrevista em 21/02/2018*)

Durante o desenvolvimento da pesquisa, esse déficit apareceu com certa frequência em várias falas: professora, gestora e da própria equipe da Secretaria da Mulher. Assim, neste projeto, além dos conteúdos a serem trabalhados cognitivamente com o grupo, cabe a professora também a atribuição de acolhimento, empatia, escuta... atividades que seriam melhor desempenhadas se houvesse, também, uma equipe multidisciplinar.

O núcleo também possui o objetivo de formar agentes multiplicadoras/es para expandir as discussões propostas pelo grupo, ampliando suas atividades para além da sala onde funciona, contribuindo para a melhoria da sociabilidade e individualidade na convivência do cotidiano escolar e da possibilidade de estender essa discussão para além dos muros da escola, contribuindo para a construção de sujeitos críticos e atuantes nos diversos espaços da sociedade, somando esforços na construção de uma sociedade com menos hierarquias, privilégios e desigualdades.

Porém, apesar dos resultados positivos que a implementação do núcleo surtiu na escola, percebemos a continuidade da não inclusão da perspectiva de gênero nos componentes curriculares. Ou seja, as/os demais docentes continuam a não abordar, em sala de aula, questões relacionadas a gênero. Assim, como também, foi perceptível a resistência de alguns sujeitos (em todas as esferas—estudantes, pais/mães/responsáveis, docentes) que se posicionavam contrários à inclusão destas temáticas no ambiente escolar.

Dessa forma, consideramos que para que a inclusão da perspectiva de gênero aconteça de maneira efetiva no ambiente escolar, e que isto implique em mudanças comportamentais que interferem nas vivências e relações dos sujeitos, é importante que haja formação adequada do corpo docente, comprometida com a responsabilidade social que envolve sua profissão e a própria instituição escolar.

## **Discussão**

As teorias de gênero são ferramentas tanto teóricas quanto políticas. Desestabilizam “certezas” que foram historicamente e culturalmente instituídas através de inúmeros discursos construídos em diversas áreas do conhecimento, tanto científicos quanto religiosos. Abalam o que o senso comum compreende por masculinidade e feminilidade, compreendendo esses comportamentos como construções sociais e culturais desenvolvidas ao longo da História (FELIPE, 2007). Dessa forma, afirmamos que gênero é um constituinte da identidade dos sujeitos, interferente nas suas trajetórias particulares e sociais. Afirmamos, também, que a noção de gênero, socialmente aceita, é fruto do seu tempo histórico e da cultura em que os sujeitos estão inseridos.

Corroboramos com a ideia de que as instituições de ensino não devem se eximir de abordar temáticas ligadas às identidades, seja de forma curricular, ou extracurricular, implícita ou explícita. Segundo Louro (2014), as identidades são compostas por várias categorias sociais (etnia, gênero, classe social, sexualidade etc.) sem que exista prevalência de uma sobre a outra. Por isso, compreender os sujeitos significa também compreender suas identidades (múltiplas) e as várias categorias que as compõem, de forma interligada e interdependente.

Ratificando este posicionamento, o documento Informe Brasil - Gênero e Educação recomenda a construção de políticas públicas educacionais que visem o fomento da equidade de gênero, considerando a perspectiva interseccional, a qual considera o fenômeno das multidiscriminações (raça/etnia, sexualidade, gênero, renda, deficiência etc.), sendo esta uma estratégia de superação de obstáculos que impactam diretamente nas trajetórias educacionais de mulheres e homens (CARREIRA, 2016).

Assim, a construção de políticas públicas educacionais é de fundamental importância para que as questões de gênero possam ser trabalhadas com respaldo em instituições de ensino. Compreendemos que as políticas públicas são “respostas dadas pelo Estado à sociedade sobre o que opta ou não por fazer sobre um problema específico” (VIANNA; CAVALEIRO, 2011, p. 29), são fruto de negociações entre vários setores sociais que resultam em programas, planos, legislações que pretendem colocar em prática os resultados dessas negociações entre a sociedade e o Estado.

No que se refere a implementação de políticas públicas de educação, no que tange à perspectiva de gênero, podemos afirmar que estas foram disseminadas a partir da publicação de documentos regulamentadores que as contemplavam. Dentre estes, podemos citar a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que traz de forma sutil temáticas relacionadas a gênero, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o anterior

Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001)<sup>7</sup>, que já apresentam uma abordagem mais clara sobre as temáticas. Também podemos citar as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), 2006, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB), 2013, como documentos que apresentam, em várias partes dos seus textos, a perspectiva de gênero.

Atualmente, o Brasil vive um momento peculiar em muitos aspectos, inclusive, no que diz respeito à abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na educação do país. Neste atual cenário político brasileiro, onde uma maré de movimentos conservadores ganhou força e representatividade política em diversas instâncias, as questões ligadas a gênero, sobretudo, na área educacional, vêm sendo reiteradamente combatidas como um mal à moralidade e à família tradicional.

Esses movimentos conservadores — como o Movimento Brasil Livre e o Escola Sem Partido, assim como grupos fundamentalistas religiosos, que atualmente possuem forte representação no Congresso Nacional, além do próprio Governo Federal, do então Presidente Jair Bolsonaro, que expressa e repetidamente demonstra contrariedade à inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual nas escolas — vêm travando uma forte batalha no que se refere a silenciar e perseguir àquelas e aqueles que insistem na importância da inclusão dessas temáticas no ambiente escolar.

Nomeado equivocadamente de “ideologia de gênero”, uma espécie de pseudoconceito — como caracterizam Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2016) — cuja propagação, através do senso comum, de ideias distorcidas e falaciosas a respeito do conceito de gênero, vem causando verdadeiros pavores em uma parcela da população, que embasada em preconceitos, desconhece tal significado.

A criação de polêmicas e o aumento de representatividade, nas esferas públicas de poder, de grupos conservadores (onde fundamentalistas religiosos são uma grande parcela) que disseminam o pseudoconceito de ideologia de gênero como um mal à família brasileira foram os principais motivos para a supressão dos conceitos de gênero e diversidade sexual em importantes documentos orientadores da educação no Brasil, como o Plano Nacional da Educação (2014) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

---

<sup>7</sup> Substituído pela Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024)

Dessa forma, consideramos que os Núcleos de Estudos de Gênero (NEG), subprograma de uma política pública do estado de Pernambuco, se desenvolvem como uma espécie de resistência a este cenário de perseguição à inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual no currículo escolar que figura o Brasil na atualidade.

Batemos na tecla da relevância da inclusão das questões de gênero dentro do ambiente escolar, pois, sendo silenciadas ou não, estas compõem este espaço, da mesma forma que se fazem presentes na sociedade como um todo. Conforme ressalta Louro, “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as condições de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (LOURO, 2014, p. 84). Em outros termos, no ambiente escolar as diferenças sociais são vividas e (re)produzidas.

### **Considerações finais**

Nossa proposta foi refletir a respeito de um subprograma oriundo de uma política pública de formação em gênero, implementada em instituições de ensino no estado de Pernambuco, entender seu contexto e sua *práxis* a partir de vivências em uma dada escola, e, em certa maneira, contribuir para seu desenvolvimento.

A compreensão de que a instituição escolar é um espaço de disputa (política e cultural) de diversos grupos com diferentes concepções e objetivos, e de que esta possui fundamental importância tanto para a construção de uma sociedade mais equânime quanto na trajetória escolar e profissional de seus sujeitos nos é cara.

Foi buscando compreender a *práxis* deste subprograma, fruto de uma política pública, que procuramos problematizar a normatividade que naturalizou determinados comportamentos que tangem as relações de gênero e sexualidade. Sabemos que não cabe à escola a responsabilidade de determinar ou explicar as identidades sociais, porém, o silenciamento, o não reconhecimento vivenciado dentro da instituição escolar termina por legitimar determinadas identidades e práticas sexuais, ao mesmo tempo em que marginaliza e reprime outras. Esta situação repete-se, também, em outras instâncias sociais como a igreja, a justiça, a mídia (LOURO, 2016).

Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher são, como já dito, um subprograma de uma Política de Formação em Gênero e Apoio às Mulheres na Produção de Conhecimento, na Cultura e nos Esportes da Secretaria da Mulher de



Pernambuco. Estes surgem num dado momento em que nacionalmente há um fortalecimento de políticas públicas de ações afirmativas, dentre elas, direcionadas às mulheres e pessoas LGBTQIA+. Dessa forma, a política desenvolvida pelo Governo Federal foi reverberada para as outras instâncias federativas.

Em Pernambuco, há a criação da Secretaria da Mulher, em 2007, e com ela a implementação de políticas voltadas para essa parcela da população. Apesar da opção política de continuidade da Secretaria da Mulher e das suas ações pelo governo do estado de Pernambuco, em âmbito nacional, após o processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff e implementação da gestão de Michael Temer, houve o dismantelamento de uma estrutura de governo que fomentava tais políticas públicas de ações afirmativas, inclusive, com o encerramento de ministérios e secretarias. Situação agravada ainda mais no atual Governo de Jair Bolsonaro que, alinhado a grupos fundamentalistas religiosos, além de não estimular e fomentar a criação de políticas públicas que tratem das questões de gênero, apresentam-se veementemente contrários a tais.

Este novo quadro do cenário nacional interfere consequentemente nas demais instâncias federativas, e isso implica diretamente na implementação de políticas públicas estaduais e municipais vinculadas a secretarias e ministérios que foram extintos e/ou remodelados. Dessa forma, podemos afirmar que a atual conjuntura é fator preponderante para a falta de verba, a redução de recursos humanos, materiais e estruturais que limitam a capacidade de ação de vários programas e políticas da SecMulher / PE (incluindo os NEG), vivenciada em 2017 e 2018, anos de realização da pesquisa, e que se manifestam, de forma ainda mais grave, nos dias atuais.

Apesar deste cenário, em publicação na Revista 8 de Março (Anuário 2019), a Secretaria da Mulher de Pernambuco afirma ter realizado várias atividades com os núcleos: Oficinas temáticas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher; Divulgação e participação do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero; Realização de visitas às escolas; Realização de Seminário de Integração dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher; Implantação de mais 11 núcleos em Escolas de Referência em Ensino Médio, 6 em Escolas Técnicas Estaduais e 2 em instituições de Ensino Superior. De acordo com dados publicados em 2019, existem, em Pernambuco, um total de 226 (duzentos e vinte seis) Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, dos quais 153 (cento e cinquenta e três) são em Escolas de Referência em Ensino Médio, 1 (uma) em Escola de Ensino Médio Regular, 23 (vinte e três) em Escolas Técnicas Estaduais, 33 (trinta e três) em Instituições de Ensino Superior e 01 (um) em cada

*campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)—totalizando 16 (dezesseis). (PERNAMBUCO, 2019).

Entretanto, compreendemos que é igualmente importante frisarmos que a existência de um núcleo de gênero, apesar da sua relevância, não é suficiente para a garantia da inclusão dessa perspectiva de forma eficaz. É necessário o cuidado de rompimento da guetização que essas ações tendem a serem reduzidas. É de extrema importância que haja abalos em estruturas que passaram por um amplo processo de naturalização, indo de encontro a tendências que limitam discussões de gênero, sexualidade, raça-etnia etc. a datas comemorativas, por exemplo. Esse tipo de redução nada mais é do que a promoção de uma inversão em que o marginal ocupa o centro, excepcionalmente (LOURO, 2013).

Corroboramos com a ideia de que se faz necessário uma (re)organização de políticas públicas de ações afirmativas, que visem equilibrar dívidas historicamente instituídas com parcelas da população que foram, no decorrer da construção do que compreendemos por sociedade brasileira, excluídas e marginalizadas. Por isso, pensarmos em estratégias para superar estas questões é de fundamental importância para que alcancemos uma sociedade de fato emancipada, democrática e justa, apesar do cenário hostil da atualidade. A criação de núcleos de estudos de gênero, fomentados por políticas públicas, pode ser, sim, uma estratégia interessante e eficaz.

## **Referências**

ANDRÉ, M. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.

ANDRÉ, M. O Que é Um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ANTAS, Raquel Costa. **Perspectiva de Gênero na Escola: Vivências a Partir de Uma Política Pública do Estado de Pernambuco**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARREIRA, Denise; VIANNA, Cláudia; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM; Sandra; CARNEIRO; Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e Educação: Fortalecendo uma Agenda para as Políticas Educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, v. 18, n. 2 (53), 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**, 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate Contemporâneo na Educação**. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Tradução dos artigos de Tomaz Tadeu da Silva. 3. Ed.; 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 10. reimp. São Paulo: EPU, 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa Implicada: Pertencimento, Criação de Saberes e Afirmação**. Brasília: Liber Livro, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. Anuário da Secretaria da Mulher, Revista 8 de Março, Ano 12, Pernambuco. Disponível em [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=fbf7ad28-c2e7-45ab-a762-2e59348f0655&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=fbf7ad28-c2e7-45ab-a762-2e59348f0655&groupId=30863). Acesso em: 20 fev. 2017.

PERNAMBUCO. Protocolo de Intenções do Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero. Recife, PE, 2011. Disponível em <http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20034%20Anexo%2010.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. Anuário da Secretaria da Mulher, Revista 8 de Março, Ano 13, Pernambuco. Disponível em [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=42913e2c-7de3-438d-8c5c-440fb569bad8&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=42913e2c-7de3-438d-8c5c-440fb569bad8&groupId=30863). Acesso em: 05 mai. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres de Pernambuco**. Recife: A Secretaria, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Gênero e Educação: Caderno da Igualdade nas Escolas**. Recife: A Secretaria, 2014.

SILVA, Rômulo Guedes e. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: Análise de Sua Institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio) - Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife, 2015.

VIANNA, Claudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas Públicas de Educação e Diversidade: Gênero e (Homo)Sexualidades. **Revista Gênero**, v. 12, n. 2, p. 27-45, 2011.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

